

ANEXO III**Cronograma Consulta Pública online - Seminários ANPED****Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? Subsídios para a Consulta Pública**

1º Seminário | Diálogos
sobre a educação básica –
ensino médio com Anped

8 de maio, às 14h

UESB, Vitória da Conquista
(BA) com transmissão nos
canais do [MEC](#), da Anped no
YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=xCelBlq4Lw>

2º Seminário | Diálogos sobre a
educação básica – ensino médio
com Anped

16 de maio, às 14h

UFPR, Curitiba (PR), com
transmissão nos canais do
[MEC](#) e da Anped no YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=znPKNKpZLBI>

3º Seminário | Diálogos
sobre a educação básica
– ensino médio com
Anped

26 de maio, às 14h

UFAM, Manaus (AM), com
transmissão nos canais do [MEC](#) e
da Anped no YouTube

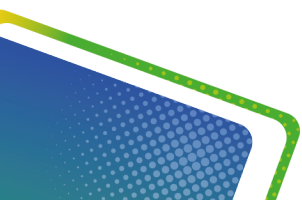
<https://www.youtube.com/watch?v=EBVAz2KoIHY>

4º Seminário | Diálogos
sobre a educação básica –
ensino médio com Anped

2 de junho, às 14h

Unirio, Rio de Janeiro (RJ), com
transmissão nos canais do [MEC](#) e
da Anped no YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=50s>



5º Seminário | Diálogos sobre
a educação básica – ensino
médio com Anped

6 de junho, às 14h

UNB, Brasília (DF), com
transmissão nos canais do [MEC](#)
e da Anped no YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=iLZ1-42xcwk&t=20s>

Relatoria Seminários ANPEd

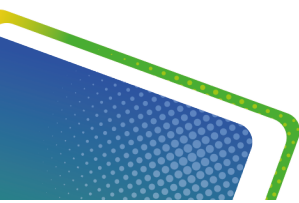
Seminários ANPEd



Ensino médio:
*o que as **pesquisas** têm a dizer?*
Subsídios para a Consulta Pública

Relatório Final

Rio de
Janeiro
Junho 2023



Diretoria ANPEd, Mais Presente!

(Biênio 2021-2023)

Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Presidenta Fabiane Maia Garcia Vice-Presidenta

– Norte Claudio Pinto Nunes Vice-Presidente –

Nordeste

Fabiany de Cássia Tavares Silva Vice-Presidenta – Centro Oeste

Maria Luiza Sussekind Verissimo - Vice-Presidenta – Sudeste

Angela Maria Scalabrin Coutinho - Vice-Presidenta – Sul

Maria Beatriz Moreira Luce - Primeira Secretária

Wilma de Nazaré Baía Coelho - Segunda Secretária

Miriam Fábila Alves - Diretora Financeira

Elaboração:

Miriam Fábila

Alves

Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Maria Luiza Sussekind

Verissimo

Revisão

Maria Beatriz Moreira Luce



ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Introdução

Em fevereiro de 2017, por meio da Lei 13.415, o Congresso Nacional realizou uma reforma no Ensino Médio brasileiro. Advinda de um expediente autoritário, a Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016, a reforma concebida pelo governo de Michel Temer tivera origem na Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Tal proposição resultou em um movimento nacional que reuniu educadores, pesquisadores e estudantes em protesto contra as alterações curriculares impostas pela normativa. Os estudantes se mobilizaram por meio de ocupações das escolas reivindicando que fossem ouvidos nesse processo; pesquisadores publicaram estudos sobre o esvaziamento de áreas de conhecimento que a proposição ocasionava, dentre outras questões; sindicatos e associações se manifestaram através de notas públicas sobre o conteúdo da proposta. Desde então, em uníssono, manifestava-se a preocupação com a desintegração e redução da Educação Básica, em afronta às políticas educacionais e curriculares até então pactuadas.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) desde o anúncio já alertava sobre os riscos da reforma¹:

Quanto ao conteúdo em si da referida Medida Provisória ressaltamos seus limites ao considerar apenas parcialmente as necessidades de mudanças, além do que as medidas anunciadas carregam em si perigosas limitações, dentre elas: o fatiamento do currículo em cinco ênfases ou itinerários formativos implica na negação do direito a uma formação básica comum e resultará no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que serão as redes de ensino a decidir quais itinerários poderão ser cursados; o reconhecimento de “notório saber” com a permissão de que professores sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados institucionaliza a precarização da docência e compromete a qualidade do ensino; o incentivo à ampliação da jornada (tempo integral) sem que se assegure investimentos de forma permanente resultará em oferta ainda mais precária, aumentará a evasão escolar e

¹ [Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio sobre a Medida Provisória | ANPEd](#)



comprometerá o acesso de quase 2 milhões de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola ou que trabalham e estudam; a profissionalização como uma das opções formativas resultará em uma forma indiscriminada e igualmente precária de formação técnico-profissional acentuada pela privatização por meio de parcerias; a retirada da obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física é mais um aspecto da sonegação do direito ao conhecimento e compromete uma formação que deveria ser integral – científica, ética e estética. Entendemos que, para alterar de fato a qualidade do que é oferecido e ampliar as possibilidades de acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio seria necessário um conjunto articulado de ações envolvendo, para sua execução, as redes de ensino e esferas de poder em torno de uma ação conjunta. (ANPEd, 2016)

As manifestações realizadas pela ANPEd em sintonia com outras entidades em defesa do Ensino Médio já prenunciavam os inúmeros problemas que teríamos com a aprovação da medida provisória. No entanto, a MP 746/2016, com algumas poucas mudanças, foi aprovada no Congresso Nacional²; na sequência, em 2018 a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio – BNCC também foi aprovada no Conselho Nacional de Educação - CNE e homologada pelo MEC.

A reforma trouxe um conjunto de mudanças, sobretudo no âmbito da política curricular, dentre as quais destacamos, resumidamente:

- ✓ Ampliação progressiva da carga horária anual de ensino para 1400h, devendo em 5 anos atingir a pelo menos 1000h;
- ✓ A carga horária do Ensino Médio foi dividida em duas partes: a formação geral básica, definida na BNCC, que deverá contemplar até 1800h da carga horária total do Ensino Médio; e os itinerários formativos a serem organizados em diferentes arranjos curriculares, compreendendo: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional;

² Em março de 2017 a ANPEd produziu um boletim discutindo todo esse movimento [Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo | ANPEd](#)

**ANPEd**Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação**GOVERNO FEDERAL**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

- ✓ Educação física, arte, sociologia e filosofia tornaram-se “estudos e práticas”;
- ✓ Língua portuguesa e matemática passaram a ser as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio;
- ✓ Língua inglesa passou a ser disciplina obrigatória e outras línguas estrangeiras de caráter optativo, preferencialmente o espanhol – disponibilidade definida por cada sistema de ensino;
- ✓ O estudante concluinte pode cursar mais um itinerário - mediante disponibilidade do itinerário e de vaga na rede;
- ✓ Formação técnica e profissional pode ser realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições;
- ✓ Profissionais de notório saber podem atuar na formação técnica e profissional;
- ✓ Os currículos dos cursos de formação de professores passam a ter como referência a BNCC (BRASIL, 2017).

A partir da aprovação da Lei nº 13.415/2017 estava concretizada, em âmbito legal uma nova política educacional, modelada nacionalmente. A reforma do então chamado Novo Ensino Médio – NEM, agora passava à esfera dos estados para sua implantação³ com prazo até 2022. Assim, a elaboração dos currículos estaduais prevista no Art. 12 da referida lei seria “no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular”.

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2018, foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 4, de 17/12/2018. Segundo o prazo estabelecido, no ano de 2020 ocorreria a implantação da reforma no primeiro do Ensino

³ Para além da unanimidade entre pesquisadores do campo do currículo, da didática e das políticas educacionais sobre a inadequabilidade da palavra implantação, ressaltamos que mesmo semanticamente, aqui ela estaria incorreta já que a política, em sua concepção, permite imensa diferenciação na sua realização. Segue por ser a palavra mote do debate, com a ressalva.



Médio. Porém, em 11 de março de 2020 a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS como uma pandemia com graves repercussões no Brasil, o que alterou a organização nos estados, mas a elaboração das propostas curriculares continuou em larga medida.

Pesquisadores que se dedicam ao tema e fazem parte do Movimento em Defesa do Ensino Médio, composto por 23 grupos vinculados a instituições públicas de ensino superior de todas as regiões do país, também se manifestaram quanto à impossibilidade de implementação dessa política. Para a pesquisadora, Prof.^a. Monica Silva (2023, p.1),

os problemas do chamado Novo Ensino Médio (NEM) não se devem apenas ao processo de regulamentação pelas redes estaduais, do qual esteve ausente a participação de profissionais da educação e estudantes, e nem apenas às dificuldades que vieram à tona já no início da implementação. Trata-se, sobretudo, dos equívocos quanto à concepção do que deveria ser a última etapa da educação básica, equívocos estes já presentes na MP 746/16 e na Lei 13.415/17, reafirmados no processo de produção dos currículos estaduais e ampliados com a implementação nas escolas.

Destacamos que a ANPEd, desde 2017, se juntou ao conjunto das lutas pela revogação do Novo Ensino Médio - NEM e endossou inúmeros movimentos nesse sentido. No entanto, o governo federal, que assumiu o mandato em 2019, além de administrar de forma negacionista a pandemia, ainda negou, através de seus ministros, qualquer possibilidade de diálogo com os movimentos sociais, estudantis, associações de professores, profissionais da educação e pesquisadores da área cuja pauta fosse as alterações curriculares nessa etapa da Educação Básica.

Chegamos ao final de 2022 com a eleição de um novo governo que teve como mote de campanha “União e Reconstrução” e um dos clamores, manifesto inclusive na Carta da Conferência Nacional Popular de Educação, que aconteceu em julho de 2022, era pela revogação da reforma do Ensino Médio.



Nas diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin (2023-2026), no 22 compromisso estabelecido, os então candidatos indicaram:

resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de um projeto de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.

Para atender ao compromisso assumido e fortalecer os princípios do “projeto democrático”, o novo governo, através do Ministério da Educação optou por realizar uma consulta pública para definir os rumos do Ensino Médio.

A ANPEd ao longo dos seus 45 anos vem contribuindo com pesquisas de estudiosos vinculados a programas de pós-graduação no Brasil que ajudam a refletir sobre a finalidade e o alcance das políticas públicas de educação no país, em seus respectivos momentos históricos. Por isso, ao início de um novo governo comprometido com o campo democrático, valorizamos a abertura do Ministério da Educação dando atenção a reivindicações de movimentos constituídos por estudantes, docentes e pesquisadores, que enseja debates, audiências, webnários, consultas públicas e outras formas participativas de contribuição.

Nesse momento histórico de retomada do diálogo com o governo, a ANPEd, contando com seus Grupos de Trabalho, organizou cinco seminários, realizados um por região do país. Os critérios estabelecidos para o convite aos participantes das atividades como expositores foram: pesquisadores de diferentes áreas com foco no Ensino Médio; pesquisas mais gerais e específicas; e pesquisadores jovens e seniores. Buscou, assim, ampliar o diálogo inter-regional, intergeracional e representatividade de gênero.

Ao término da realização dos seminários destacamos que:

1. A pesquisa sobre o Ensino Médio no Brasil é sólida, consolidada e oferece elementos propositivos para o desenvolvimento da etapa final da Educação Básica;



2. A sociedade brasileira merece que a elaboração de políticas públicas para o Ensino Médio (re)conheça os dados levantados, os resultados e considerações dos estudos e pesquisas, assim como os trabalhos em andamento de pesquisadores e programas de pós-graduação em educação.

A ANPEd com base nesses seminários manifesta mais uma vez seu compromisso político, ético e científico de ampliar espaços para a socialização das pesquisas e dar visibilidade ao que se produz no campo da educação. O papel da entidade, ao longo de seus 43 anos, foi de qualificar cientificamente o debate, a construção e o monitoramento das políticas para educação brasileira.

Como resultado dos seminários elaboramos esse relatório e um levantamento do que se publicou sobre o NEM nos Grupos de Trabalho da ANPEd.



2 Os Seminários - Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer?

Figura 1 - Encontro I - Nordeste 08/05/23 [Assista completo](#)



Figura 2 - Encontro II - Sul 16/05/23 [Assista completo](#)



Figura 3 - Encontro III – Amazônia 26/05/23 - [Assista completo](#)



Figura 4 - Encontro IV – Sudeste 02/06/23 - [Assista completo](#)



Figura 5 - Encontro V – Centro-Oeste 06/06/23 - [Assista completo](#)



3 Questões incontornáveis: o que as pesquisas têm a dizer sobre o NEM

3.1 A reforma amplia/produz desigualdades entre a rede pública

Nossa questão inicial e fundamental reside nos problemas incontornáveis de ampliação das desigualdades que já se verificam com a implantação do NEM – proposições da Lei 13.415/2017 nas escolas da rede pública do país. Não estamos afirmando, com isso, que as questões que serão apresentadas tiveram sua origem na atual legislação, mas que a continuidade dela aponta para aumento significativo do fosso de desigualdades existente entre os jovens, prejudicando a população pobre do país, cuja única possibilidade de acesso à educação é através da escola pública das redes municipal, estadual e, em menor escala, federal.

Tal afirmativa nos conduz à reflexão sobre a necessidade de comprometimento dos interesses da educação com os sujeitos que lhe constitui, ou seja, estudantes e profissionais da educação, com fins de contribuir para que compreendam sua autoformação para a sociedade e para o mundo.

É importante trazer para o debate os indicadores sociais e educacionais que corroboram nosso argumento de que a continuidade da mudança, reduzindo e controlando os currículos do Ensino Médio, prejudicará a formação, precipuamente, dos jovens das escolas públicas.

Contudo, antes, explicitamos algumas premissas:

1. As juventudes que se constituem como sujeitos a serem atendidos pela política curricular para o Ensino Médio são, predominantemente, as que estão matriculadas nas escolas públicas das redes estaduais;
2. As diferenças e discrepâncias econômicas, geográficas, culturais, sociais e educacionais entre municípios brasileiros impossibilitam a efetivação de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada para todos os sujeitos de direitos;



3. Desigualdade, permanência e evasão são problemas incontornáveis e nenhuma política educacional atenderá minimamente as juventudes sem enfrentar esses problemas que acometem, principalmente, os jovens das camadas menos favorecidas da população.

Na avaliação da pesquisadora, Prof.^a. Eliza Bartolozzi,

A reforma não afeta somente o Ensino Médio, mas é uma reforma que pretende abranger toda a educação básica e a superior. E essa constatação talvez explique a urgência do governo Temer ao criar uma MP 746/2017, dando início assim a mais uma reforma que integra o reformismo neoliberal instaurado no país com o golpe de 2016. Reformismo esse que tem como princípio a destituição dos direitos sociais dos trabalhadores.

A reforma aumenta as desigualdades e afeta o acesso ao Ensino superior pelos trabalhadores e pretende mudar a organização desse ensino.

Esse é outro aspecto a ser considerado, uma vez que a reforma tem desdobramento não só na última etapa da educação básica, mas também no ensino superior.

3.2 As Juventudes e o atendimento educacional

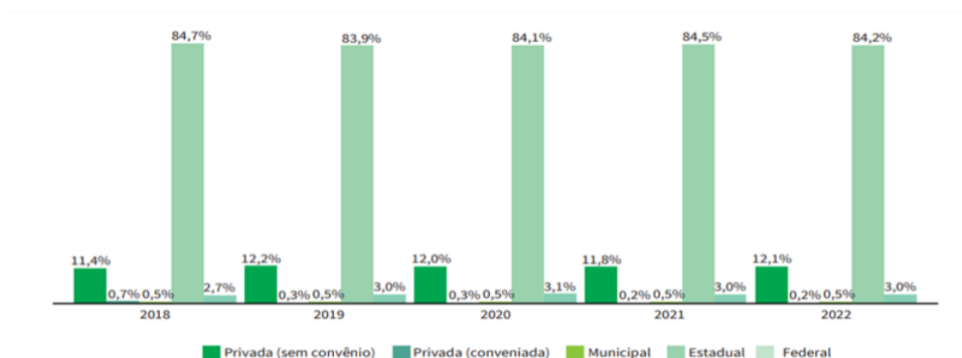
No início de 2023 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP divulgou os resultados preliminares do Censo Escolar 2022. O levantamento demonstra que a etapa do Ensino Médio no país é efetivamente da rede estadual, visto que nesta estão 84,2% das matrículas.



ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

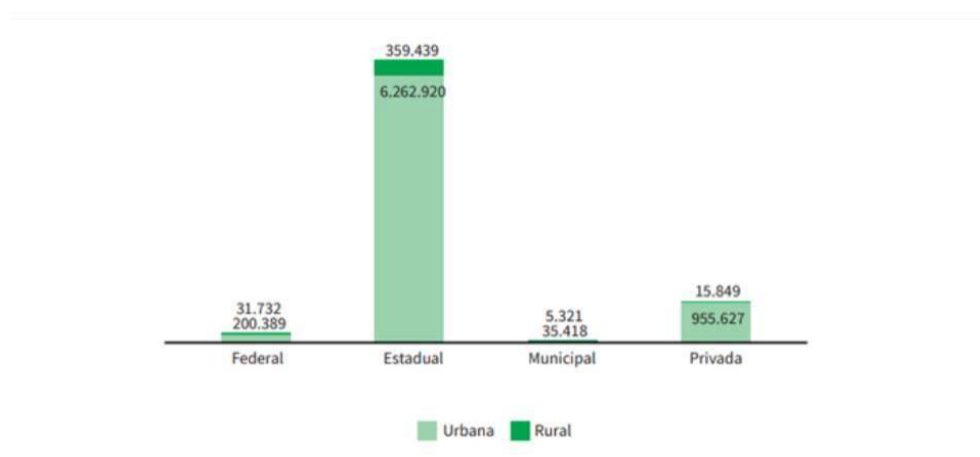


Gráfico 1 **Percentual de matrículas no Ensino Médio, segunda a Dependência Administrativa (2018-2022)** - Fonte: BRASIL, INEP, 2023



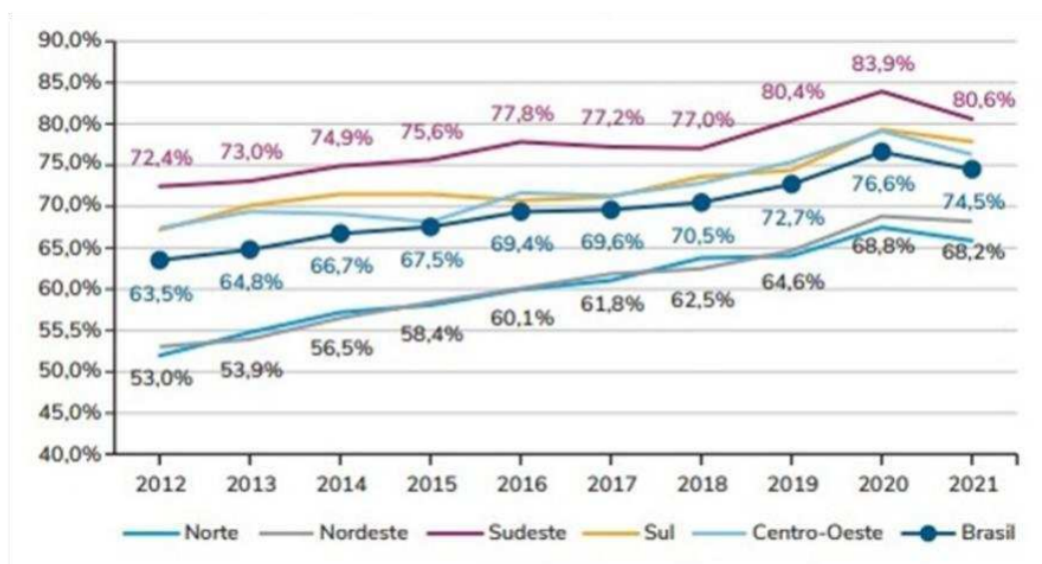
Em todos os estados do país, a rede estadual, de acordo com a própria LDB 9.394/96, é a responsável por ofertar esta etapa da educação básica. Em 2022 as escolas estaduais de Ensino Médio totalizaram 6.622,359 matrículas na zona urbana e 359.439 em zona rural.

Gráfico 2 **Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a Dependência Administrativa e a Localização Da Escola (2022)** Fonte: BRASIL, I



Se as redes estaduais atendem a maior quantidade de alunos, podemos constatar que o percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio ou que havia concluído a Educação Básica, considerando as regiões do país tem grandes diferenças, como podemos constatar no Gráfico 2, sendo o Norte com menor percentual e o Sudeste com o maior.

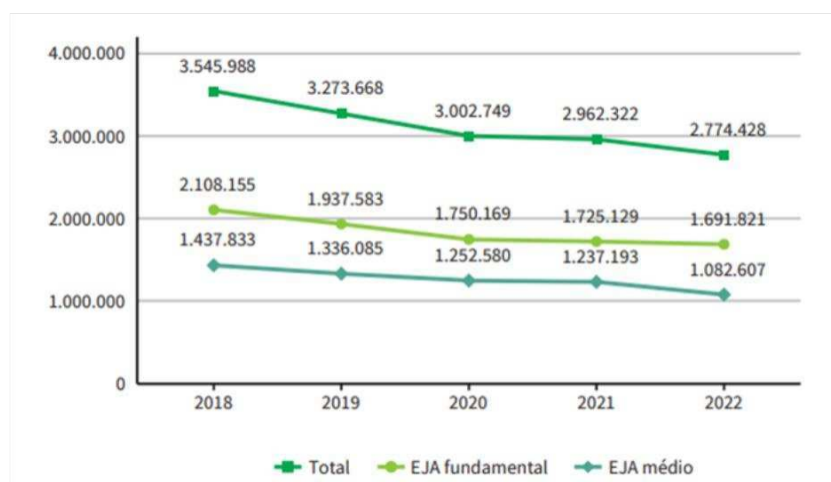
Gráfico 3 *Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a Educação Básica, por região* Fonte: BRASIL, INEP, 2023



Enfatizamos, ainda, a partir do Censo 2022, a diminuição no número de matrículas de estudantes na modalidade Educação de Jovens e Adultos, conforme o Gráfico 3. Esta modalidade que atende a quem não teve oportunidade na idade pré-definida como mais adequada, compreende vítimas de desigualdades sociais, econômicas e educacionais ao longo de suas vidas, requerendo mais particular atenção.



Gráfico 4 Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (2018-2022)
Fonte: BRASIL, INEP, 2022



A diminuição no número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos pode ser também comprovada pelos recentes dados divulgados pelo cadastro do Tribunal Superior Eleitoral, realizado para as eleições de 2022 e noticiado pelo site Sul21, que indicam que São Paulo, o estado com o maior eleitorado e um dos mais ricos do país na área educacional, tem 25,5% dos seus 34,7 milhões de eleitores e eleitoras na condição de analfabetos funcionais. Minas Gerais (16,3 milhões) tem 38,6% nessa condição; Rio de Janeiro (12,8 milhões), 31,9%; Bahia (11,3 milhões), 42,6%; e o Rio Grande do Sul (8,6 milhões) parcela igual à média nacional: 34%.

Nas palavras do pesquisador, Prof. Luciano Rodrigues Duarte, no Seminário do Centro-Oeste,

Na condição de marcadores sociais, as juventudes tornam-se ferramentas analíticas que nos ajudam na compreensão de como a sociedade lhe atribui significado. Tomamos essa advertência como expressão dos discursos dominantes sobre as juventudes, arquitetados a partir de uma visão homogênea, excluindo dessa categoria social, duas características básicas, isto é, a diversidade e a historicidade, ao mesmo tempo, que silenciando seus desejos, projetos e visões de mundo, enquadrando-as



como indivíduos vulneráveis ou incapazes, e até mesmo “rebeldes”, ainda, incompletos em formação.

Considerando os marcadores sociais, o Gráfico 5 traduz as desigualdades entre negros (pretos e pardos) e brancos, que chega a 16,1 pontos percentuais

Gráfico 5 Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a educação básica, por raça/cor
Fonte: BRASIL, INEP, 2022



Um outro aspecto a considerar nesse debate foi abordado pelo jovem pesquisador, Lauro Rafael Cruz, que trouxe o tema da redução da formação e do papel da escola nas reformas em curso, especialmente com o foco na BNCC e no NEM. Para o pesquisador, ao se reduzir a formação, o papel da escola a essa experiência adaptativa do sujeito, a educação acaba, como Adorno dizia, prendendo o sujeito no que a situação existente impõe, especialmente, no que ela tem de pior. Dizer para a juventude hoje, que está difícil conseguir trabalho, se para ela resta só esse trabalho mais precarizado, cabe a ela dar conta disso... eu não sei para vocês e para quem está nos assistindo, mas para mim parece algo da mais alta violência.



ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



O Gráfico 6 indica o quanto essa experiência adaptativa pode ser perversa para os jovens mais pobres, inclusive porque são os que menos têm acesso ao Ensino Médio.

Gráfico 6 Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o Ensino Médio ou havia concluído a educação básica, por renda domiciliar *per capita*

Fonte: BRASIL, INEP, 2022



Assim, avaliar o Ensino Médio, precisa considerar esse conjunto complexo que se entrecruza: a formação ofertada, as desigualdades que condicionam as juventudes, suas expectativas e demandas.

3.3 Impossibilidades de efetivação de uma educação pública de qualidade

O termo “qualidade” quando nos referimos à educação pode assumir diferentes perspectivas a partir das compreensões, interesses e finalidades a que destina. Nesse documento quando nos referirmos à qualidade ressaltamos que esta “envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de

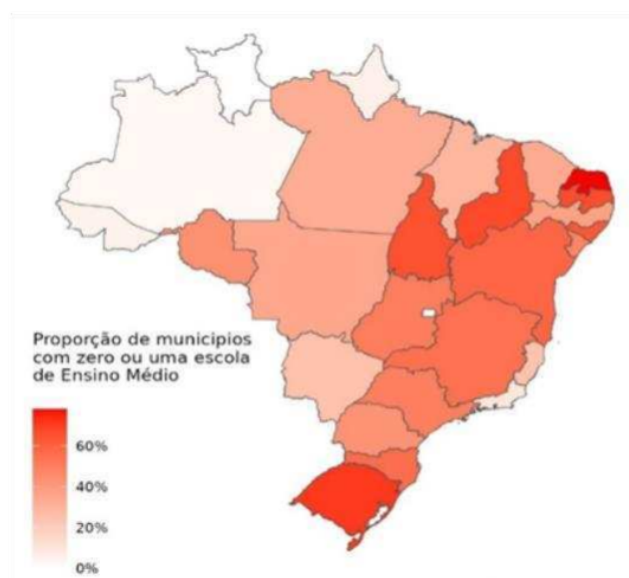


ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos” (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). Apesar de muitos elaboradores de políticas, ao proporem suas “soluções” para a melhoria da qualidade da educação, tratarem nosso país como homogêneo, invisibilizando suas desigualdades locais, estaduais e regionais, ou de gênero, etnia e vários aspectos econômicos e sociais, compreendemos que é impossível desenhar um currículo que não considere as desigualdades e as especificidades de estados e municípios brasileiros. As escolas são compostas por sujeitos diversos e cada rede de ensino tem suas próprias singularidades. Ao nos reportamos aos dados educacionais, chama nossa atenção o quantitativo de municípios do país com uma única escola de Ensino Médio, como podemos visualizar na Figura 6:

Figura 6 *Proporção de municípios com zero ou uma escola de ensino médio, em 2022* Fonte: [Rede Escola Pública e Universidade, 2023](#)



Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2022, são precisos e fundamentam nosso argumento ao demonstrar que ainda temos 2.661 municípios no Brasil com apenas uma escola de Ensino Médio. Como afirmar que as juventudes, após a mudança curricular, estão tendo possibilidade de escolha?

Figura 7 *Quantidade de municípios com uma única escola de Ensino Médio* Fonte: IBGE, 2023

Desigualdades Municipais



Ainda mais especificamente, trazemos dados de dois estados nordestinos que apresentam mais de 50% de seus municípios com uma única escola e destes, no caso da Paraíba, 46 escolas com no máximo 10 professores, o que inviabiliza à instituição oferecer os itinerários e eletivas propostas pela reforma. É importante lembrar que estamos tratando de um Ensino Médio, de maneira geral, que já apresenta indicadores graves de distorção idade-série, estado-região, gênero-raça-classe, insuficiente quantitativo de professores para atender às demandas dos itinerários. Conforme verificou-se também em outras reformas, a política tende a ser converter em precarização do trabalho docente.

Enfatizamos que pesquisadores do campo do currículo há tempos alertavam sobre reformas que vinculam reestruturação curricular, materiais didáticos e testes



ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

externos e internos padronizados sem considerar as necessidades das instituições de ensino a partir dos sujeitos que a compõem: estudantes, docentes, servidores e suas respectivas comunidades.

Figura 8 Exemplos de municípios da região Nordeste com apenas uma escola de Ensino Médio
Fonte: IBGE, 2023



Um aspecto relevante, abordado pela pesquisadora, Prof.^a. Lady Dayana Oliveira da Silva (2023) no seminário do Nordeste, é a desigualdade de oferta entre as redes públicas e privadas. Na Bahia, há escolas privadas que oferecem itinerários no contraturno escolar mediante pagamento, relata a docente da Escola Estadual de Igaporã - CEIGA: essas escolas “estão vendendo educação em tempo integral por meio dos itinerários”, o que aporta um diferencial adicional aos estudantes de escolas privadas na disputa pelas vagas na educação superior em relação aos estudantes da rede pública. Para Lady Dayana Silva, esse tipo de prática, intensifica a exclusão gerada pela impossibilidade da oferta de uma diversidade de



ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



itinerários, que efetivamente possam ser escolhidos pelos estudantes, em uma parcela significativa de municípios.

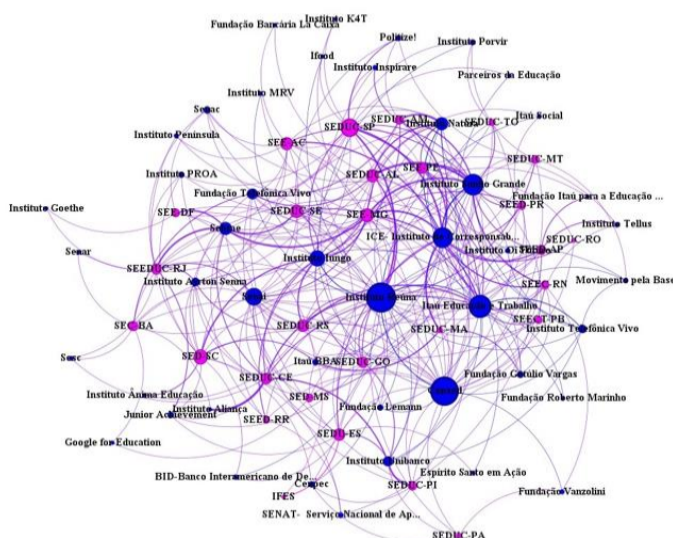
Outro aspecto que merece destaque é a flexibilização curricular, em especial, a oferta de Educação a Distância - EaD no contexto do Novo Ensino Médio. No Amazonas, destaca a pesquisadora Silvia Nogueira, ocorre uma organização dos tempos escolares adaptados em curtos períodos de tempo a fim de possibilitar a flexibilização preconizada pelo Novo Ensino Médio. Porém, em muitos casos, a ampliação do tempo escolar foi reduzida à oferta via WhatsApp, meio de transmissão de orientações e tarefas, supostamente compreendida na modalidade EaD.

Mônica Ribeiro Silva (2023), no seminário da região Sul, chama a atenção para os problemas advindos da possibilidade de oferta de parte da carga horária do Ensino Médio na modalidade de Educação a Distância em um país marcado por profunda exclusão digital, sobretudo das famílias de baixa renda, que compõem importante parcela dos estudantes das escolas públicas.

Outra questão relevante refere-se à privatização da educação pública através das parcerias estabelecidas com organismos internacionais e empresas privadas com fins de aquisição de pacotes pedagógicos para adequação das escolas à reforma. O pesquisador Fernando Cassio (2023), a partir do referencial da heterarquia de rede proposto por Stephen Ball (2016), analisa os 27 planos de reforma do Ensino Médio no Brasil e constata que os implementadores da referida reforma foram, predominantemente, parceiros empresariais junto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED. Logo, o Ministério da Educação não fez articulações para essa implementação. Sob a responsabilidade das redes estaduais, foi acionada uma rede de atores de setores privados, que se tornaram os responsáveis pelas tentativas que estão em curso nos estados. Tal constatação é visibilizada por semelhanças nas proposições dos estados para a construção das propostas curriculares de suas redes, desconsiderando, inclusive, as especificidades regionais e locais.



Tabela 1 Participação de institutos privados na implementação da reforma nos Estados - Fonte: CASSIO, 2023



ORGANIZAÇÃO	Nº DE ESTADOS
Instituto Reúna	21
Senai	19
Itaú Educação e Trabalho/Itaú Social	15
ICE- Instituto de Corresponsabilidade pela Educação	14
Sebrae	14
Instituto Sonho Grande	11
Instituto Iungo	10
Fundação Telefônica Vivo	10
Instituto Natura	9
Instituto Ayrton Senna	8
Senac	6
Instituto Unibanco	6
Fundação Getúlio Vargas	5
Junior Achievement	5
Itaú BBA	4
SENAT- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte	4
Sesc	3
Senar	2

Ainda nessa direção, segundo Filomena Gosler (2023), conforme resultados de pesquisa apresentados no seminário realizado na região Sul, em Santa Catarina a rede estadual formalizou parcerias com 14 institutos empresariais-filantrópicos para a oferta de Trilhas de Aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica no Novo Ensino Médio, incluindo o SENAI em 62 municípios, atendendo 7.000 estudantes. A previsão de investimentos é de R\$ 120 milhões por ano em parcerias para oferta deste itinerário – recursos que são predominantemente transferidos para a iniciativa privada, em vez de fortalecer a EPTNM na rede estadual.

No Acre, destaca o jovem pesquisador, Prof. Anderson Pereira Evangelista (2023), em sua apresentação no seminário realizado em Manaus, as escolas de Ensino Médio em tempo integral têm sido objeto de “relação público-privada” desde o início da implementação em 2017, quando o governo do estado firmou parceria com os Institutos de Corresponsabilidade pela Educação - ICE, Natura - IN e Sonho Grande - ISG. Pelo acordo de cooperação, o ICE



seria responsável pelas formações, as quais se baseariam no modelo elaborado pela instituição. Este modelo passaria a ser implementado nas Escolas Jovens. O IN e o ISG atuariam subsidiando financeiramente o ICE.

De acordo com o pesquisador, a implementação do Novo Ensino Médio no Acre é marcada por dois estágios privatizantes: primeiro, na definição curricular, gestão, formação e inserção das organizações. Segundo, na existência de um membro de instituições do terceiro setor na equipe de implementação do Novo Ensino Médio na rede estadual.

No estado do Amazonas, destaca a pesquisadora, Prof.^a. Silvia Cristina Conde Nogueira (2023) em sua apresentação no seminário realizado em Manaus, um instituto, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado, firmou um termo de cooperação técnica para a formação docente no contexto da implementação do Novo Ensino Médio. No entanto, a análise de documentos oficiais referentes à estrutura e às propostas curriculares do Novo Ensino Médio na rede estadual do Amazonas indicam que o instituto influi também na implementação dos currículos e dos itinerários formativos.

Ainda de acordo com Silvia Nogueira, este instituto recebeu R\$ 4,090 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para a implementação do currículo e dos itinerários na rede estadual.

Em Goiás, enfatiza a pesquisadora, Prof.^a. Miriam Fábria Alves, no seminário do Centro-Oeste, o discurso oficial apregoa que a reforma do Ensino Médio foi "participativa". No entanto, os institutos ligados ao setor privado tiveram um protagonismo tanto no que diz respeito à elaboração e implementação o itinerário de formação profissional, quanto na análise da escuta realizada aos estudantes por meio de questionário, em meio à pandemia de Covid-19.

Com relação aos itinerários, cabe destacar no Gráfico 4, a título de exemplo, os dados referentes aos itinerários propostos para o estado de São Paulo e a redução no número da oferta de itinerários formativos entre os anos de 2022 e 2023. Destaca, ainda, conforme demonstrado na Figura 2, o elevado número de municípios, 2.661 com apenas uma escola



ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



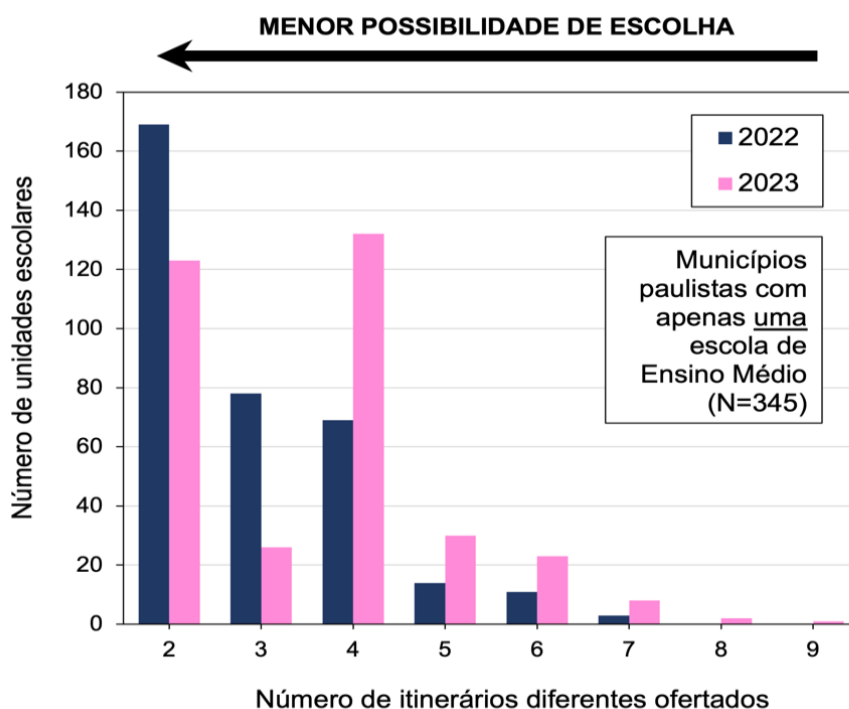
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

de Ensino Médio no estado. Tal dado, reforça a impossibilidade de escolha dos estudantes, uma vez que, nacionalmente as escolas ofertam em sua maioria apenas dois itinerários.

Gráfico 7 Oferta de itinerários formativos por escola na Rede Estadual de São Paulo

Fonte: CASSIO, 2023



Outro dado relevante da pesquisa de Cassio (2023) é a relação estabelecida entre grupos vulneráveis e redução na oferta de escolha do itinerário formativo. No Gráfico 5 verificamos que jovens da Fundação CASA, da classe penitenciária, do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA e das escolas indígenas e quilombolas tiveram seu direito a escolha cerceado no município de São Paulo.



ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



Gráfico 8 Oferta de itinerários formativos na Rede Estadual de São Paulo para grupos mais vulneráveis - Fonte: CASSIO, 2023

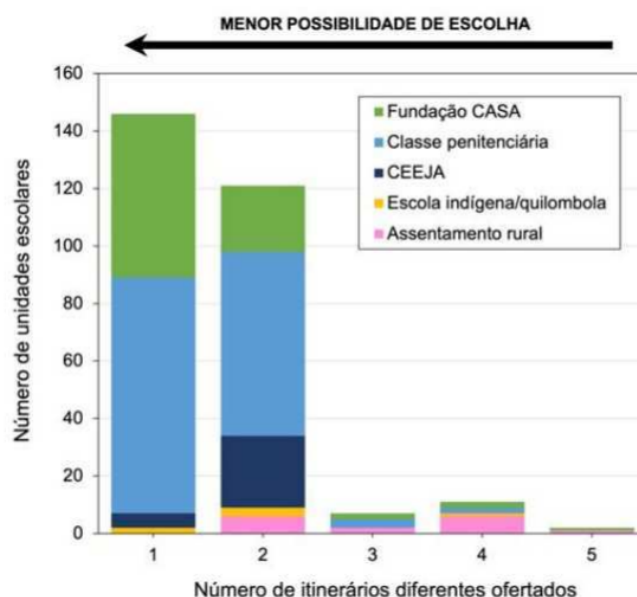


Tabela 2 Itinerários formativos do Ensino Médio na rede estadual de São Paulo

Fonte: SP1 – Reportagem produzida a partir de entrevista com a pesquisadora Maria Luiza Sussekind, em 25 de maio de 2023

itinerario	categoria	qtde_escolas_capital	total_escolas_capital	pct_escolas_capital
Cultura em movimento: diferentes formas de narrar a experiência humana	aprofundamento curricular e novotec integrado	431	595	72,4
Meu papel no Desenvolvimento Sustentável	aprofundamento curricular	347	595	58,3
Corpo, saúde e linguagens	aprofundamento curricular	253	595	42,5
#SeLiganaMídia	aprofundamento curricular e novotec integrado	205	595	34,5
#quem_divide_multiplica	aprofundamento curricular	173	595	29,1
Matemática Conectada	aprofundamento curricular e novotec integrado	166	595	27,9
Start! Hora do desafio!	aprofundamento curricular	158	595	26,6
Superar desafios é de humanas	aprofundamento curricular e novotec integrado	95	595	16,0
A cultura do solo: do campo à cidade	aprofundamento curricular	94	595	15,8
Ciências em Ação!	aprofundamento curricular e novotec integrado	85	595	14,3
Liderança e Cidadania	aprofundamento curricular	8	595	1,3
INFORMATICA PARA INTERNET	novotec expresso	44	595	7,4
ADMINISTRACAO	novotec expresso	42	595	7,1
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	novotec expresso	17	595	2,9
MARKETING	novotec expresso	16	595	2,7
LOGÍSTICA	novotec expresso	9	595	1,5
RECURSOS HUMANOS	novotec expresso	6	595	1,0
CONTABILIDADE	novotec expresso	4	595	0,7
SERVICOS JURIDICOS	novotec expresso	3	595	0,5
FINANÇAS	novotec expresso	2	595	0,3
COMÉRCIO	novotec expresso	0	595	0,0
COMÉRCIO EXTERIOR	novotec expresso	0	595	0,0
GUIA DE TURISMO	novotec expresso	0	595	0,0
SERVIÇOS PÚBLICOS	novotec expresso	0	595	0,0



ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



Importante evidenciar, ainda, que a ausência de professores no estado de São Paulo não é diferente das demais redes públicas do país. Na Tabela 2, constatamos percentuais de 30,8% de turmas sem atribuição de docentes no turno vespertino, durante o primeiro semestre e a 36,9% no segundo semestre do ano de 2022.

Tabela 3 Atribuições dos itinerários formativos do Ensino Médio na rede estadual de São Paulo (1º e 2º semestre de 2022) Data-base: 08/04/2022 - Fonte: CASSIO, 2023

TURNO	TOTAL DE AULAS	AULAS ATRIBUÍDAS ATÉ 08/04		AULAS SEM ATRIBUIÇÃO	
1º semestre de 2022					
Matutino	50.175	42.223	84,2%	7.952	15,8%
Vespertino	21.445	14.830	69,2%	6.615	30,8%
Noturno	19.005	13.576	71,4%	5.429	28,6%
TOTAL	90.625	70.629	77,9%	19.996	22,1%
2º semestre de 2022					
Matutino	49.677	39.198	78,9%	10.479	21,1%
Vespertino	20.905	13.188	63,1%	7.717	36,9%
Noturno	19.086	12.339	64,7%	6.747	35,3%
TOTAL	89.668	64.725	72,2%	24.943	27,8%

É relevante chamar a atenção que embora os resultados obtidos nas pesquisas de Fernando Cássio refiram-se ao estado de São Paulo – que, como já foi dito, possui o maior número de matrículas no Ensino Médio e foi um dos primeiros a implementar o novo modelo - eles aportam indicações relevantes de problemas estruturais relacionados à oferta e acesso ao direito à educação desencadeados pela reforma, presentes de forma mais intensa em outros estados, onde as condições de oferta tendem a ser ainda mais precárias.



4 Desigualdades entre as juventudes: questões incontornáveis

As juventudes brasileiras foram submetidas nos últimos anos a várias mudanças, além dos desatinos educacionais que já vimos discutindo nesse documento, a “modernização” das leis trabalhistas (a partir da redução de direitos que possibilitaram contratos intermitentes), controle das relações afetivas e sexuais, como também o aumento das desigualdades a partir da pandemia da Covid-19.

Porém, existe uma afinidade apontada por pesquisadores como Gomes e Laborne (2018) que analisam a relação entre juventude, desigualdade, raça e racismo na conformação da situação de extermínio da juventude negra. Para as autoras a situação de violência sofrida pelos jovens, essencialmente, nos segmentos em maior situação de desigualdade e vulnerabilidade é uma ruptura com o direito à vida dessas populações. “Importante compreender que quando se nega o espaço, o trabalho, a saúde, a terra, o alimento, a educação nega-se o direito à vida. A vida deveria ser o mais estruturante de todos os direitos, pois é um direito humano fundamental” (GOMES E LABORNE, 2018, p.2).

Para a pesquisadora, Prof.^a. Núbia Moreira (2023), que apresentou resultados de suas pesquisas no seminário do Nordeste, os jovens que chegam ao Ensino Médio no estado da Bahia, têm suas vidas marcadas pela pobreza e pelas desigualdades de gênero e raça. Enfatiza que o protagonismo e o projeto de vida das juventudes negras que estão na escola se materializam através da força Vital que “é garantir a sua própria vida”.

No infográfico abaixo, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, visualizamos os dados alarmantes com relação ao genocídio das juventudes negras no Brasil.



Figura 9 **VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS NEGRAS NO BRASIL EM 2022** Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023



Como enfatiza a pesquisadora em sua apresentação no seminário Nordeste, no contexto baiano, a reforma do Ensino Médio tem um “rebatimento profundo nas vidas das juventudes”, visto que uma parcela significativa dos estudantes matriculados nesta etapa são jovens trabalhadores, geralmente marcados pela pobreza.

Nesse sentido, ela enfatiza o cenário da EJA – que vem apresentando queda das matrículas em todo o país e mostra-se especialmente relevante para o contexto das juventudes baianas: o fechamento das escolas e a nucleação de várias escolas em um único polo significa mais gastos e deslocamento para os jovens estudantes, inviabilizando, muitas vezes, sua permanência na escola.

Outro aspecto fundamental, enfatizado por Núbia Moreira, é que ao se orientar pela BNCC, o currículo tem desconsiderado as diversas realidades das diversas juventudes, especialmente dos negros, o que tem motivado os jovens a se manifestar contra a implantação do Novo Ensino Médio, que, na visão deles, formata um modelo tecnicista, vinculado ao mercado de trabalho.



Nesse sentido e compreendendo a escola para essas juventudes como o um espaço de conhecimento, sociabilidades e direito inalienável, não podemos propor políticas educacionais sem considerar essas desigualdades, principalmente porque muitos estudantes do Ensino Médio também são trabalhadores que precisam conjugar estudo e trabalho, limitando qualquer possibilidade de escolha. (Para outros dados sobre a desigualdade veja o QR Code abaixo)

Figura 10 **QR Code com acesso para dados sobre desigualdade** - [Acesse completo](#)



Tão relevante quanto considerar as desigualdades é implementar políticas em consonância com as expectativas e desejos das juventudes. Nesse sentido, a pesquisadora, Prof.^a. Wivian Weller, apresentou no seminário do Centro-Oeste, realizado em Brasília, dados de pesquisas realizadas no período 2009-2016, no contexto de iniciativas do governo federal em cooperação com os estados para reformar o Ensino Médio- o programa Ensino Médio Inovador (Portaria nº 971/2009) e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (Portaria nº 1.140/2013).

Pesquisas coordenadas por Wivian Weller (2023) sobre as percepções dos jovens indicam que, para eles, o Ensino Médio é uma etapa de formação não apenas intelectual-cognitiva, mas também um momento de construção de identidades e de pertencimentos a grupos distintos, de elaboração de projetos de vida - ainda que suas condições e seus



percursos sejam bastante distintos. Os jovens não estão apenas aprendendo matemática, geografia, física, entre outras disciplinas. Não é apenas um saber externo, objetivo, sistemático, que importa nesse momento. É também um período de múltiplos questionamentos, de constituição de um saber de si, de busca de sentidos, de construção da identidade geracional, sexual, de gênero, étnico-racial, dentre outras. (WELLER, 2014, p. 149). Dentre os diversos resultados apresentados pela pesquisadora no seminário, chama a atenção a valorização por parte dos jovens, na perspectiva da escola em tempo integral, dos projetos na área de música, da aprendizagem de outros idiomas, seguidas da formação profissional, reforço escolar e projetos na área de meio ambiente, além de outros.

Tabela 4 Quando a sua escola passar a ser de tempo integral, quais atividades você gostaria que fossem incluídas? - Fonte: Weller, 2023

	FEMININO %	MASCULINO %	TOTAL %
Mais aulas de algumas matérias	27	35	30
Reforço individual ou em pequenos grupos em algumas matérias	56	45	52
Plantão de dúvidas	45	36	42
Projetos na área de música	67	70	68
Projetos na área de artes (teatro, artes plásticas, cinema)	50	43	48
Projetos na área de meio ambiente	57	41	51
Projetos na área de tecnologias		43	34
40 Atividades desportivas		45	59
			50
Atividades para formação profissional	62	57	60
Aprendizagem de outros idiomas	66	60	64

Com relação à obrigatoriedade da oferta de disciplinas, nota-se que, com exceção da parte diversificada e do ensino religioso, praticamente todos os demais componentes



curriculares são considerados relevantes pelos jovens para serem oferecidos como obrigatórios. Quando se observa a atual perda espaço das disciplinas de humanas em muitos currículos do Novo Ensino Médio, chama a atenção a valorização de disciplinas como o história e sociologia pelos entrevistados.

Tabela 4 *Quais componentes curriculares escolheria com o obrigatório ou optativo?* - Fonte: Weiller, 2023

QUADRO 2

	OBRIGATÓRIA %	OPTATIVA %
Artes	41	59
Biologia	77	23
Educação Física	47	53
Ensino	15	85
Religioso	52	48
Espanhol	64	36
Filosofia	73	27
Física	84	16
Geografia	86	14
História	68	32
Inglês	94	6
Língua	89	11
Portuguesa	19	81
Matemática	75	25
Parte	73	27
Diversificada		
Química		
Sociologia		

Construir identidades e pertencimentos requer das políticas destinadas as juventudes que estas sejam construídas com os sujeitos e não para eles. Segundo o pesquisador, Prof. Roberto Rafael Dias da Silva (2023), em fala proferida durante o seminário realizado na região Sul, existe, na nova proposta curricular para o Ensino Médio, um componente curricular que objetiva contribuir para a constituição das subjetividades das juventudes, o Projeto de Vida. Porém, adverte que da forma como foi proposto esse



componente se transformou em uma “ferramenta de constituição de subjetividades monetizáveis”, através da lógica do capital humano.

O jovem pesquisador, Prof. Klever Corrente Silva (2023), no seminário do Centro-Oeste, ao refletir sobre a mesma proposição curricular destaca que existe um substrato ideológico que “desresponsabiliza o Estado pela criação de oportunidades” com fins de controle e moldagem de comportamento, promovendo individualismo e competitividade e o mais grave a “infantilização de alguns objetivos de aprendizagens para a unidade curricular, uma vez que estes são similares aos previstos para as crianças da Educação Infantil”. Para o pesquisador a forma como foi proposto e está sendo executado o Projeto de Vida é um “incentivo à resignação e letargia”.

Para a pesquisadora, Prof.^a. Katharine Ninive Pinto Silva, durante o Seminário do Nordeste, a proposta e “implementação do Novo Ensino Médio atende a uma perspectiva ideológica da empregabilidade e auto responsabilização em um contexto de desemprego estrutural” cuja objetivo é estabelecer um gerenciamento curricular ocasionando, inclusive, a “desprofissionalização docente”.

Destacamos, ainda, que consideramos estas questões incontornáveis apoiados(as), inclusive, no argumento do pesquisador, Prof. Doriedson de Socorro Rodrigues (2023), utilizado no seminário da região Norte, quando este afirma que

o Novo Ensino Médio desconsidera as desigualdades, principalmente na Amazônia, onde famílias vivem com meio salário-mínimo, que o modelo curricular impossibilita as juventudes de viverem sua cultura na escola, impede a perspectiva integrada e o fortalecimento das realidades, cuja lógica é atender, apenas, às avaliações em larga escala.

Portanto, concordamos com o pesquisador, Prof. Teodoro Zanardi, em exposição no seminário da região Sudeste, quando este questiona não apenas a legislação destinada ao Novo Ensino Médio, mas “o pacote de medidas que foram impostas de 2016 até 2022, por governos que desconsideraram as desigualdades sociais, econômicas e culturais e buscaram uma homogeneização impossível de se concretizar em um país diverso como o Brasil.



5 Considerações finais

No transcurso do texto utilizamos dados de pesquisadores individuais e de institutos de pesquisa para fundamentar o nosso argumento de que a continuidade destas mudanças nos currículos da etapa do Ensino Médio prejudicará o acesso, a permanência e a formação, essencialmente, dos jovens das escolas públicas estaduais que são os mais vulneráveis socialmente.

Para o pesquisador, Prof. Dante Henrique Moura, existem motivos para propor mudanças na política para o Ensino Médio, porém estas devem considerar:

- Melhoria da estrutura física das escolas (laboratórios, bibliotecas, acesso à internet, parque esportivo, espaços para atividades artístico-culturais etc.);
- Carreira e remuneração dignas para os trabalhadores da educação (dedicação exclusiva);
- Incentivo à formação inicial e continuada dos trabalhadores em consonância com a carreira;
- Necessidade da escola/professores conhecerem as diferentes juventudes e com elas dialogar;
- Democratização da gestão das escolas;
- Garantia da permanência com aprendizagem; políticas efetivas de assistência estudantil para a garantia de permanência e êxito;
- Financiamento que garanta a implementação do CAQ;
- Professores para atuar em todas as disciplinas e adequadamente formados.

Porém, não podemos concluir essas considerações preliminares sem reforçar a afirmativa da pesquisadora, Prof.^a Alice Lopes que “a crítica à reforma do Ensino Médio não pode ser desvinculada da crítica à centralidade curricular estabelecida via BNCC e da crítica à submissão do currículo aos resultados da avaliação”.

Por isso, junto com a pesquisadora, Prof.^a. Maria Luiza Sússekind, a ANPEd compreende que,

As atuais políticas curriculares no Brasil, a BNC de Formação, o Novo Ensino Médio e a BNCC do Ensino Fundamental e Educação Infantil, bem

**ANPEd**Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação

como a educação domiciliar e o PECiM, são antidemocráticas e são um equívoco político, social, epistemológico e pedagógico. Elas ferem a LDB. Ferem os direitos da população; ferem autonomia docente garantida na LDB; ferem o direito ao uso de concepções pedagógicas plurais; ferem o princípio da equidade, optando por uma falsa igualdade ao oferecer a todos a mesma coisa em condições desiguais; ferem o direito de aprender, porque não dialogam com as possibilidades dos sujeitos individuais e sociais e com as comunidades escolares; e ferem o interesse público e a constituição Federal 88 ao se dirigir privadamente a alguns grupos, excluindo outros. (SUSSEKIND, 2023)

Ante o exposto, nossa Associação fortemente recomenda a revogação da política do Novo Ensino Médio, ao tempo que reafirma que currículo é mais que uma lista de conteúdos, itinerários, protagonismo, projeto de vida, eletivas... Currículo é criação, diversidade, vida, direito de todas as juventudes brasileiras, que precisa ser elaborado por seus atores, ou seja, estudantes, professores, servidores técnico-administrativos, representação de pais e comunidade, que o criam no interior de cada instituição do país cotidianamente.

Finalizamos informando que, para conhecimento do que foi exposto por representantes de pesquisadores das cinco regiões do país, nos webinários realizados nos últimos dois meses pela ANPEd, encaminhamos como anexo documentos produzidos por pesquisadores ao longo dos últimos anos sobre a política em pauta.



ANPEd | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação



REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BARTOLLOZI, Eliza. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017a.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 05 de junho de 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>
Acesso em: 07 de junho de 2023.

CASSIO, Fernando. O novo ensino médio e a indução de desigualdades escolares. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 02 de junho de 2023.

CRUZ, Lauro Rafael. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sul. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sul. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVERIA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssig/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 08 de junho de 2023.

DUARTE, Luciano Rodrigues. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

EVANGELISTA, Anderson Pereira. III Seminário Anped sobre a Reforma do Ensino Médio – etapa Amazônia. O que dizem as pesquisas? IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Amazônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

FRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A violência contra pessoas negras no Brasil 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2022/ Acesso em: 08 de junho de 2023.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.34, e197406, 2018.

GOSLLER, Filomena. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sul. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça cidades e estados do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 07 de junho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Acesso em: 07 de junho de 2023.

LOPES, Alice Cassimiro. Conflitos em torno da reforma e da revogação da reforma do ensino médio: contribuições para debate. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 02 de junho de 2023.

LULA ALCMIM Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil – Lula Alckmin 2023-2026. Disponível <pje-3b1196fd-Proposta de governo.pdf> (tse.jus.br) Acesso em: 02 de junho de 2023.



MOREIRA, Núbia. Apresentação no Seminário Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=or9TKRtYKK4> Acesso em: 02 de junho de 2023.

MOURA, Dante Henrique. Apresentação no Seminário Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer? IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=or9TKRtYKK4> Acesso em: 02 de junho de 2023.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Amazônia. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Amazônia. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Amazônia. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Amazônia. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

SILVA, Lady Dayana Oliveira da. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Nordeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

SILVA, Klever Corrente. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

SILVA, Mônica Ribeiro. Texto base para participação da professora Monica Ribeiro da Silva nas audiências públicas, seminários e outros espaços que tratam da discussão sobre a Revogação do Novo Ensino Médio. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sul. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. O que as pesquisas têm a dizer? Sul. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a



dizer? Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s>
Acesso em: 06 de junho de 2023.

SUSSEKIND, Maria Luiza. O nada novo Novo Ensino Médio. IN: Senado Federal. Audiência Pública sobre a Reforma do Ensino Médio. Comissão de Educação, 17 de junho de 2023. Disponível em: egis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11347&_gl=1*ovt0hs*_ga*OTM4NDE3Njg5LjE2ODU3MTE1NjM.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NjI2NzI4OS4yLjAuMTY4NjI2NzI5My4wLjAuMA..
Acesso em: 07 de junho de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Cadastro de Eleitores 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?session=11699462404973> Acesso em: 07 de junho de 2023.

WELLER, Wivian. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Centro-Oeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

ZANARDI, Teodoro. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. IN: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ensino Médio: O que as pesquisas têm a dizer? Sudeste. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z7ciPKvW4Lk&t=4935s> Acesso em: 06 de junho de 2023.

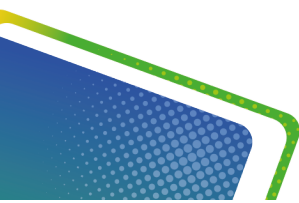


ANEXO 1

MANIFESTAÇÕES DA ANPEd SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO (2016-2017)

De Olho na Mídia: Reforma do Ensino Médio ANPEd	23/03/2017
Nota pública da SBPC ao MEC sobre reforma do Ensino Médio	23/03/2017
Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo ANPEd	17/03/2017
Com iminência de implementação de reforma curricular no Ensino Médio, pesquisadores apontam equívocos e retrocessos em retomadas que remontam aos anos 40 ANPEd	16/09/2016
Carta de Natal - Colóquio "A Produção do Conhecimento em Educação Profissional: a reforma do Ensino Médio e suas implicações para a educação profissional" ANPEd	28/07/2017
Reforma de Ensino Médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres ANPEd	22/09/2016
Vozes dissonantes na reforma do Ensino Médio ANPEd	14/10/2016
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) lança nota sobre riscos de reforma do Ensino Médio ANPEd	21/09/2016
Entrevista com Dante Henrique Moura sobre a Reforma do Ensino Médio ANPEd	03/2016
SBPC se manifesta contrária à forma como o governo propõe a reforma do Ensino Médio ANPEd	03/10/2016
Entrevista com o Professor Dante Henrique Moura (IFRN) sobre a Reformulação do Ensino Médio ANPEd	20/09/2016
Nota pública da ANPEd sobre a Medida Provisória do Ensino Médio Um "novo" Ensino Médio é imposto aos jovens no Brasil ANPEd	23/09/2016
Entrevista com a Professora Margarida Machado (UFG), ex-presidente da ANPEd, sobre a Reformulação do Ensino Médio	17/03/2017
Entrevista com Celso Ferretti - Ensino Médio Série "Conquistas em Risco" ANPEd	19/09/2016
Notas de entidades sobre a Medida Provisória (MP) do Ensino Médio ANPEd Manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio sobre a Medida Provisória ANPEd	19/04/2016
Ciclo de Debates - EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONTEMPORANEIDADE ANPEd Nota de Pesar e de defesa da educação pública, da democracia e do direito a lutar pelos próprios direitos ANPEd	24/09/2016
Nunca Me Sonharam e o sequestro das histórias ANPEd	23/09/2016
	2017
	25/10/2016
	11/09/2017

Racionando a Educação em Porto Alegre - Em época de racionamento, até o diálogo é interrompido. ANPEd	14/08/2017
Entrevista com Miriam Fábila Alves (UFG) Política Nacional de Formação de Professores e Programa de Residência Pedagógica (MEC) ANPEd	01/11/2017
I Congresso Internacional de Educação - Sorocaba: Nota de pesar contra morte de estudante em ocupação e de repúdio à violência do estado ANPEd	26/10/2016
Seminário de balanço de três anos do PNE aponta que Teto para Gastos (EC 95) inviabiliza a execução do Plano Nacional de Educação ANPEd	06/07/2017
Manifesto de Lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação 2018 -20 de junho ANPEd	21/06/2017
Em contexto de ocupação, UnB recebe a ANPEd Centro-Oeste 2016 para divulgar a pesquisa da região e apoiar toda forma de luta pela educação	07/11/2016
Carta Aberta do Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE) contra postura do MEC ANPEd	07/12/2016
CONAPE 2018 - Conferência Nacional Popular de Educação Convocatória, documentos e encaminhamentos ANPEd	13/07/2017





Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rua Visconde de Santa Isabel, 20 – conj. 206-208 – Vila Isabel

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20560-120

CNPJ: 30.018.410/0001-20 – Inscrição Estadual: Isenta

Secretaria Geral: (Associação, Inscrição, Financeiro, Cadastro, auxílio Sistema ANPEd):

anped@anped.org.br - (21) 98940-8171

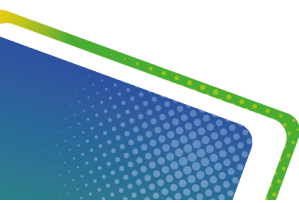
Secretaria Acadêmica: (Submissão, Programação e Certificados):

secretariaexecutiva@anped.org.br - (21) 98696-7964

Revista Brasileira de Educação: rbe@anped.org.br

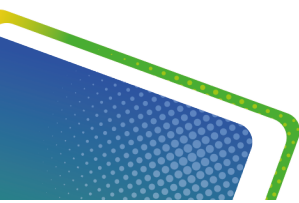
Assessoria de Comunicação e Imprensa:

João Marcos Veiga - comunica@anped.org.br



ANEXO IV

UBES: Carta dos Estudantes Brasileiros ao Ministério da Educação



CARTA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Nós, estudantes brasileiros, de todos os estados da federação, do campo e da cidade, da rede pública e privada, diversos e plurais, que construímos as mobilizações pela Revogação do Novo Ensino Médio, chegamos hoje em Brasília para sermos a voz de outros milhares de estudantes ao MEC após muita luta, e para assim levarmos nossos anseios, reivindicações e propostas.

Queremos a Revogação do Novo Ensino Médio, pois nossos sonhos não cabem dentro de um teto de 1800 horas, que sacrifica áreas do conhecimento como as Artes e as Ciências Humanas, tão importantes para construção do nosso senso crítico e da nossa cidadania.

Queremos a **ampliação do currículo base** para que nós, estudantes da rede pública, possamos sonhar em entrar nas mais diversas universidades através do Sisu, o que hoje corre risco com a ameaça do novo Enem e da diminuição e até a extinção da reserva de vagas deste importante programa em muitas universidades estaduais e federais.

Acreditamos na **potência do Ensino Técnico**, seja ele de caráter técnico-integrado, propiciando a formação cidadã e profissional, e acreditamos que este precisa ser oferecido em escolas de referência com a infraestrutura necessária, como os IFs e Escolas Técnicas Estaduais, cuja expansão e interiorização desejamos. A formação tecnicista não nos satisfaz; queremos ter a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho como profissionais valorizados, caso seja do nosso desejo, e não como uma contrapartida ao acesso ao Ensino Superior. Nossa formação profissional não será obtida através de “telecursos”, como ocorre atualmente pelo Itinerário Formativo do Ensino Técnico.

Nossa formação não pode ocorrer através de mais de 300 itinerários, que criam uma falsa ilusão de liberdade de escolha, os quais carecem de regulação mínima e nos levam a aprender a fazer bolo de pote e a buscar informações sobre “o que está rolando por aí”, em vez de aprender sobre a História Afro-brasileira e a luta dos estudantes contra a Ditadura. Nossa formação deve ocorrer como um ciclo, com uma perspectiva integral como cidadãos e propedêutica, sem ser enfraquecida a cada série que avançamos. Isso reforça a necessidade de aprovação do Sistema Nacional de Educação, que integre a construção de políticas públicas entre a rede municipal, estadual e federal.

A Educação Integral cumpre um papel central na garantia dos direitos da criança e do adolescente, especialmente no combate à fome e deve ser um direito nosso poder decidir entre uma escola regular ou em tempo integral. Estas também

precisam garantir nossa formação em caráter integral. Nossa permanência requer assistência estudantil, isto significa a estrutura necessária para estudarmos e permanecermos, como a necessidade de auxílio financeiro para que não tenhamos que escolher entre estudar ou trabalhar para ajudar em nossa renda familiar. O debate sobre a Educação e a complexidade do mundo do Trabalho é algo central para construção de uma Nova Escola.

É central a regulação do Programa Nacional de Educação Digital, o PNED, para construção de uma escola conectada com o Século XXI e com conectividade. Nossos celulares não podem ser um objeto proibido, mas sim, uma ferramenta que nos auxilie no processo ensino-pedagógico, na construção de metodologias mais atrativas e que dialoguem com o nosso dia a dia.

Lutamos por uma Educação que resgate o legado de Paulo Freire, uma Educação emancipatória, que abrigue nossa diversidade e não permita que a Escola seja um espaço de insegurança, mas sim, de acolhimento. A luta por Paz nas Escolas é a luta pelas nossas vidas, dentro e fora de sala de aula, as escolas precisam ser territórios antifascistas e de fortalecimento da democracia participativa, através dos Grêmios Estudantis e da Gestão democrática.

Nossos sonhos e metas não serão alcançados com a perpetuação da propaganda neoliberal e meritocrática do atual "Projeto de Vida". Precisamos, sim, que a Escola nos auxilie a traçar nossa trajetória, mas reconhecendo nossa condição de classe, raça, gênero e donos nossos corpos, nos garantindo saúde mental e serviço social para podermos desenvolver inteligência emocional, cumprindo de fato a Lei 13.395/19.

A escola dos nossos sonhos é uma escola livre de racismo, machismo, lgbtfobia e capacitismo e perpassa pelo financiamento digno desta. A retomada das obras paradas, o investimento na infraestrutura, a preservação do Novo Fundeb e do orçamento da educação fora do arcabouço fiscal é fundamental para a reconstrução do nosso país.

Precisamos, acima de tudo, redemocratizar o debate sobre a Educação Básica no nosso Brasil. A partir da recomposição do FNE, reivindicamos a construção da Conferência Nacional de Educação, a CONAE, para construção de uma nova Lei pro Ensino Médio brasileiro e a construção do Novo Plano Nacional de Educação.

A construção de um novo Brasil perpassa essencialmente pela construção de uma nova escola, mais democrática, libertadora e a serviço do desenvolvimento nacional, que só será possível com o diálogo entre os estudantes, trabalhadores da educação, pesquisadores e o poder público.

